§ 1º As armas de fogo, acessórios e munições apreendidos vinculados a processos e inquéritos policiais relativos à prática de crime doloso contra a vida permanecerão depositados nas centrais de custódia e serão remetidos aos Órgãos do Poder Judiciário somente quando requisitados pelo Juízo competente.

[...]."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1.032/2023

Altera a Resolução do Órgão Especial nº 811, de 16 de dezembro de 2015, que "Altera a competência de Varas, bem como a lotação de cargos, na Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências".

O ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 10 da Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001,

CONSIDERANDO o que constou no Processo da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias nº 1.0000.22.081065-9/000 (Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0106122-68.2021.8.13.0000, bem como o que ficou decidido pelo próprio Órgão Especial em sessão ordinária realizada em 8 de fevereiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 3º da Resolução do Órgão Especial nº 811, de 16 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º [...]

II - a 5ª e a 6ª Varas de Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte passam a ter a denominação, respectivamente, de 1ª e de 2ª Varas de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte;

[...]."

Art. 2º Fica revogado o art. 6º da Resolução do Órgão Especial nº 811, de 2015.

[...]."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 27 de fevereiro de 2023.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

PORTARIA Nº 6.011/PR/2023

Altera a Portaria da Presidência nº 5.917, de 5 de dezembro de 2022, que "Dispõe sobre a delegação de competência no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça para movimentar os recursos financeiros arrecadados na forma do Provimento Conjunto nº 90, de 19 de fevereiro de 2020".

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 26 e o inciso XIX do art. 28 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO a Portaria da Presidência nº 5.917, de 5 de dezembro de 2022, que "Dispõe sobre a delegação de competência no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça para movimentar os recursos financeiros arrecadados na forma do Provimento Conjunto nº 90, de 19 de fevereiro de 2020";

CONSIDERANDO a necessidade de promover alterações na Portaria da Presidência nº 5.917, de 2022;

CONSIDERANDO o que ficou consignado nos processos do Sistema Eletrônico de Informação - SEI nº 0742285-61.2022.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Portaria da Presidência nº 5.917, de 5 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação: